Europa em transformação

Europa en trasnformación

Europe in transformation

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Resumo: Para Freire, a Europa vive um período de profunda reconfiguração política e geopolítica, marcado pelo questionamento da unidade do Reino Unido após o Brexit, pela disputa entre forças de esquerda e extrema-direita, pela busca de novos parceiros estratégicos e pela discussão sobre o fortalecimento institucional da União Europeia. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia amplia as tensões entre Rússia e OTAN, com o crescimento da guerra híbrida e o risco de escalada no leste europeu, enquanto a disputa pelo Ártico transforma a Groenlândia e as novas rotas marítimas em peças estratégicas da competição entre Estados Unidos, Rússia e China. O conjunto desses acontecimentos aponta para uma Europa mais fragmentada politicamente, pressionada militarmente e obrigada a redefinir suas alianças, sua autonomia estratégica e seu papel em uma ordem internacional cada vez mais competitiva.

Palavras-chave: União Europeia; Reino Unido; Rota Marítima do Norte; Otan; Guerra na Ucrânia.

***Resumen**: Europa atraviesa un período de profunda reconfiguración política y geopolítica, marcado por el cuestionamiento de la unidad del Reino Unido tras el Brexit, la disputa entre las fuerzas de izquierda y la extrema derecha, la búsqueda de nuevos socios estratégicos y el debate sobre el fortalecimiento institucional de la Unión Europea. Al mismo tiempo, la guerra en Ucrania está intensificando las tensiones entre Rusia y la OTAN, con el crecimiento de la guerra híbrida y el riesgo de una escalada en Europa Oriental, mientras que la disputa por el Ártico convierte a Groenlandia y a las nuevas rutas marítimas en piezas estratégicas de la competencia entre Estados Unidos, Rusia y China. En conjunto, estos acontecimientos apuntan hacia una Europa políticamente más fragmentada, sometida a una creciente presión militar y obligada a redefinir sus alianzas, su autonomía estratégica y su papel en un orden internacional cada vez más competitivo.*

***Palabras clave:** Unión Europea; Reino Unido; Ruta Marítima del Norte; OTAN; Guerra en Ucrania.*

***Abstract:** Europe is undergoing a period of profound political and geopolitical reconfiguration, marked by growing questions about the unity of the United Kingdom following Brexit, the struggle between left-wing and far-right forces, the search for new strategic partners, and the debate over strengthening the institutional framework of the European Union. At the same time, the war in Ukraine is heightening tensions between Russia and NATO, with the expansion of hybrid warfare and the risk of escalation in Eastern Europe, while the dispute over the Arctic is turning Greenland and new maritime routes into strategic pieces in the competition among the United States, Russia, and China. Taken together, these developments point to a Europe that is becoming more politically fragmented, increasingly under military pressure, and compelled to redefine its alliances, strategic autonomy, and role in an increasingly competitive international order.*

***Keywords:** European Union; United Kingdom; Northern Sea Route; NATO; War in Ukraine.*

A Europa atravessa um período de profundas transformações políticas e geopolíticas. Movimentos independentistas dentro do Reino Unido, a vitória histórica da esquerda em Berlim, o avanço da extrema-direita em partes da Alemanha e da França, a aproximação entre Canadá e União Europeia, a discussão sobre o fim do veto na política externa europeia e a crescente disputa pelo Ártico revelam um continente em processo de reacomodação. Ao mesmo tempo, a guerra na Ucrânia continua a produzir efeitos que ultrapassam as fronteiras do conflito, enquanto Rússia, Estados Unidos, China e países europeus disputam influência sobre segurança, energia, comércio, tecnologia e recursos estratégicos.

Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales estão unindo forças para exigir o direito à autodeterminação e ao rompimento com a Inglaterra, assinando uma declaração conjunta pedindo ao governo do Reino Unido que se prepare, planeje e facilite mudanças constitucionais". A declaração afirma que cada nação deveria ter o direito de decidir seu próprio futuro constitucional, incluindo a opção de deixar o Reino Unido. Os líderes argumentam que o governo britânico não tem autoridade democrática para bloquear esse processo ou impedir futuros referendos sobre a independência. Em breve, eles devem se tornar países independentes pleiteando adesão à União Europeia e acabando com o Reino Unido. Ao que tudo indica, o estopim para a "implosão" do Reino Unido foi exatamente o Brexit em 2016. Enquanto a Inglaterra votou pelo rompimento com o bloco, escoceses e norte-irlandeses votaram por permanecer. O desmembramento do Reino Unido encerra a carreira de uma superpotência, que enfraquecida economicamente, isolada comercialmente e encolhida territorialmente ao tamanho da Inglaterra, perde um pouco de seu peso diplomático, alterando o tabuleiro geopolítico global.

Apesar deste golpe, países europeus estão retirando suas reservas de ouro dos EUA e depositando no ainda existente Reino Unido. Foi o caso da França e dos Países Baixos. A França repatriou a totalidade de suas reservas remanescentes do Federal Reserve de Nova Iorque entre julho de 2025 e janeiro de 2026. Os Países Baixos, anunciaram a transferência de cerca de 86 toneladas de ouro (avaliadas em mais de US$ 10 bilhões) que estavam armazenadas nos EUA e no Canadá, direcionando-as para os cofres do Banco da Inglaterra em Londres. Políticos da Alemanha e da Itália, que possuem respectivamente a segunda e a terceira maiores reservas de ouro do mundo, defenderam que o ouro de seus países também seja retirado dos EUA. Eles alegam preocupações com a imprevisibilidade das políticas do governo americano e sua crescente hostilidade em relação à União Europeia[1][2].

A lista de novos pretendentes à UE, no entanto, não se esgota neste movimento de independência. O Canadá busca uma "aliança única" com o bloco, em meio às tensões com os EUA, foi o que disse o primeiro-ministro canadense Mark Carney. Neste caso, não há intenção de se tornar membro pleno do bloco. As discussões envolvem o aprofundamento da cooperação em comércio, tecnologia, energia, defesa e infraestrutura, para diminuir a dependência econômica dos EUA diante do agravamento das tensões comerciais[3]. A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou que a União Europeia está de portas abertas para que

[1] https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gr75z78e5o. Acesso em 28/09/2026.

[2] https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/19/corrida-pelo-ouro-por-que-paises-europeus-estao-tirando-suas-reservas-dos-eua.ghtml. Acesso em 28/09/2026.

[3] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/canada-busca-alianca-unica-com-ue-em-meio-as-tensoes-com-os-eua/. Acesso em 28/09/2026.

o Canadá se torne seu primeiro "membro associado", um status que não está previsto nos tratados do bloco. "As parcerias são uma escolha estratégica para a Europa. Mas elas também respondem à ruptura no sistema internacional baseado em regras", disse von der Leyen em seu discurso anual sobre o Estado da União Europeia perante o Parlamento Europeu, em Estrasburgo.

Enquanto uns almejam, outros rejeitam. Foi o caso da Islândia, que votou contra a adesão à União Europeia em referendo popular[4]. O resultado apertado, revelou uma importante divisão entre os islandeses sobre o assunto. Os direitos de pesca são o maior ponto de discórdia: a indústria pesqueira marítima representa quase 40% das exportações da nação insular e muitos eleitores do "não" temem perder parte do controle de suas lucrativas áreas de pesca sob a Política Comum de Pescas da UE.

Além da possibilidade de novos — e até então impensáveis — membros aderirem à União Europeia nos próximos anos, outra novidade promete agitar o cenário político do bloco: 11 países pleiteiam o fim da unanimidade como processo decisório em assuntos de política externa, encerrando a possibilidade de utilização dos vetos obstrutivos. Áustria, Dinamarca, Bélgica, Finlândia, França, Alemanha, Luxemburgo, Países Baixos, Romênia, Espanha e Suécia enviaram uma carta à chefe da diplomacia europeia, Kaja Kallas, defendendo mudanças na tomada de decisões de política externa da UE[5]. O ponto central é acabar, ou pelo menos limitar, a possibilidade de um único Estado-membro bloquear uma decisão dos outros 26.

A mudança, que precisa ser aprovada por unanimidade, vislumbra mais agilidade na tomada de decisões num ambiente internacional cada vez mais competitivo. O modelo atual protege países pequenos contra decisões impostas por países maiores. Por outro lado, traz vulnerabilidades: 27 países precisam chegar a um acordo para que a UE possa agir como um bloco. Um governo pode paralisar a política externa europeia ao utilizar um veto não porque discorda da questão em discussão, mas para obter concessões em outro assunto. Vimos isto acontecer algumas vezes com a Hungria de Victor Orban e é esse tipo de situação que se pretende evitar. A discussão promete ser longa e intensa, afinal, o veto também é um mecanismo legítimo de proteção de interesses nacionais.

No âmbito das políticas domésticas, a extrema-direita segue crescendo, como visto na Alemanha e na França, onde eleições para o senado trouxeram resultado importante para a extrema-direita, que conquistou 14 cadeiras na casa legislativa. O equilíbrio de forças no senado não chegou a ser alterado, mas as eleições trouxeram duas novidades históricas: a possibilidade de criação de um grupo político que junta o Rassemblement National e o aliado UDR; e entrada simbólica da extrema-esquerda do LFI — França Insubmissa — no Palácio de Luxemburgo. Pela primeira vez na história a extrema-direita conseguirá formar um grupo no senado francês, que também terá a primeira cadeira ocupada pela extrema-esquerda. Como de costume, as eleições servem como um termômetro para a eleição presidencial, que acontecerá em 7 meses e definirá o sucessor de Emmanuel Macron.

O quadro alemão é marcado, simultaneamente, pelo crescimento da esquerda em Berlim e pela expansão da AfD em outras regiões. Na eleição estadual da Saxônia-Anhalt, a AfD

[4] https://www.bbc.com/portuguese/articles/cvgyxj3jkxro. Acesso em 28/09/2026.

[5] https://www.dn.pt/internacional/poltica-externa-da-ue-11-pases-querem-o-fim-dos-vetos-obstrutivos-e-da-necessidade-de-unanimidade#goog_rewarded. Acesso em 28/09/2026.

alcançou 43,8% dos votos e 39 das 83 cadeiras, ficando a apenas 3 parlamentares da maioria absoluta. Foi a primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial que uma legenda de extrema-direita ficou tão próxima de formar um governo estadual na Alemanha: o AfD quase alcançou a possibilidade de governar sozinho, sem coalizão. Desde sua criação, em 2013, a AfD nunca governou, em função de um mecanismo de isolamento imposto por todos os outros partidos políticos alemães, que recusam alianças de governo com a legenda, o chamado "muro de contenção". Essa estratégia vem funcionando e é bem possível que a AfD não consiga obter as coligações necessárias à assunção do poder. A AfD defende a reimigração em massa, com a expulsão de imigrantes e seus descendentes.

A eleição de Berlim, realizada alguns dias depois, acrescentou um elemento novo ao quadro político europeu: a vitória histórica do partido Die Linke, a esquerda alemã. A legenda obteve 25,7% dos votos, mais que o dobro dos 12,2% registrados em 2023, tornando-se pela primeira vez a força mais votada para o Parlamento estadual de Berlim. A CDU ficou em segundo lugar, com 18,8%; a AfD alcançou 16,3%; os Verdes, 14,3%; e o SPD, 12,1%. A participação eleitoral chegou a 74,2%. O resultado também produziu uma mudança significativa na composição do Parlamento: Die Linke conquistou 47 das 158 cadeiras, contra 34 da CDU, 29 da AfD, 26 dos Verdes e 22 do SPD. A antiga coalizão entre CDU e SPD perdeu a maioria. O resultado é particularmente significativo porque Berlim é uma das principais capitais políticas e culturais da Europa. A eleição mostra que, no mesmo momento em que a extrema-direita avança em determinadas regiões alemãs, existe também espaço eleitoral para uma esquerda que concentra sua campanha em habitação, desigualdade e custo de vida. A vitória, entretanto, não significa automaticamente que Die Linke governará sozinho. Para formar uma maioria parlamentar, serão necessárias negociações com outras forças. O resultado abre, portanto, uma nova disputa sobre o rumo político da capital alemã.

O contraste entre Berlim e Saxônia-Anhalt é revelador. Enquanto uma parcela do eleitorado alemão se desloca para a esquerda, outra amplia o apoio à direita radical. O resultado é um sistema partidário cada vez mais fragmentado, no qual os partidos tradicionais — especialmente CDU e SPD — perdem espaço para forças situadas nos extremos do espectro político.

A guerra na Ucrânia entrou em uma fase de intensificação dos ataques de longa distância. Em setembro, forças ucranianas realizaram um dos maiores ataques aéreos contra o território russo desde o início da guerra, atingindo inclusive estruturas na região de Moscou. Duas unidades da refinaria de Kapotnya foram danificadas. A estratégia ucraniana procura atingir infraestrutura energética, instalações militares e centros de produção utilizados pela Rússia, enquanto Moscou continua empregando grandes volumes de drones e mísseis contra cidades e infraestrutura ucranianas. As tensões estão aumentando neste quinto ano de guerra, com ataques russos cada vez mais próximos da fronteira com a Polônia e acirramento da chamada guerra híbrida.

Nas últimas semanas, houve um aumento das tensões nos países do leste europeu, principalmente na Polônia, que faz fronteira com a Ucrânia, a Bielorrússia e Kaliningrado, enclave russo. Ataques russos contra a Ucrânia têm acontecido cada vez mais próximos à fronteira polonesa. O governo da Polônia reconheceu o risco de escalada e informou que está reforçando a segurança das fronteiras e o sistema de defesa aérea antimíssil e antidrones. Um helicóptero russo chegou a invadir o espaço aéreo polonês, intensificando a guerra híbrida. A invasão, que foi de aproximadamente 300 metros e durou menos de 1 minuto, aconteceu na

fronteira entre a Polônia e Kaliningrado. O helicóptero foi acompanhado por radares poloneses durante todo o tempo de voo; caças e unidades terrestres foram mobilizados e colocados em estado de alerta. A incursão foi curta, mas suficiente para obrigar a Polônia (e a Otan) a acionar sua força militar.

O curto período no espaço aéreo polonês, permite que a Rússia teste a Otan sem ultrapassar claramente o limite que poderia provocar uma resposta militar conjunta, além de observar quanto tempo leva para sua presença ser detectada, quais meios são mobilizados, de onde partem os caças e quais são os procedimentos de resposta adotados. Tudo isto fornece informação sobre o funcionamento da defesa aérea da Otan, permitindo uma explicação diplomática: erro de navegação, condições meteorológicas adversas ou falha do piloto. Assim, a Rússia criou uma situação suficientemente séria para obrigar uma reação, mas curta o suficiente para não revelar uma hostilidade.

Mas não é só a Polônia: muitos países europeus estão alertando sobre o acirramento das tensões, e para a guerra híbrida que vem sendo promovida pela Rússia, que atua abaixo do nível da guerra convencional, com incursões limitadas, ciberataques, sabotagem, desinformação, drones sobrevoando bases e aeroportos, pressão sobre as fronteiras e outras formas de desestabilização: as ações isoladas não configuram guerra, mas as repetições e os alvos a revelam. A Alemanha também se sente atacada[6], conforme reação do ministro do interior alemão, ao responsabilizar a Rússia por uma tentativa de ataque com drones no aeroporto de Leipzig. Como resposta, o governo anunciou o fechamento do Consulado da Rússia em Bonn e de um centro cultural russo no centro de Berlim, a Casa da Rússia: autoridades alemãs suspeitam que o local servisse de camuflagem para serviços de inteligência russos.

O objetivo de Putin parece ser a constante provocação à Otan, apesar de não conseguir obter avanços e conquistas expressivas no território ucraniano nesta guerra que já dura 5 anos. O secretário-geral da Otan, Mark Rutte, afirmou que a Aliança está pronta para reagir a ataques híbridos russos na Europa, após alertas da inteligência dinamarquesa. Apesar da aparente tranquilidade de Rutte, a crise coloca países europeus diante de um dilema: como responder a possíveis ações russas sem transformar uma disputa de zona cinzenta em um confronto direto? As respostas europeias têm permanecido no campo diplomático e econômico, evitando uma escalada militar direta.

Enquanto isso, Putin se fortalece internamente com uma vitória expressiva nas eleições legislativas, consolidando seu controle político no país. A vitória o blinda de oposições, garantindo estabilidade e respaldo total do parlamento russo para a continuidade da guerra. O partido governista Rússia Unida obteve quase 58% dos votos válidos, conquistando 355 das 450 cadeiras da Duma Estatal (câmara baixa). Essa ampla maioria assegura ao bloco governista o poder necessário para aprovar pautas estratégicas com facilidade. O pleito contou com 59% de adesão da população. Pela primeira vez, o pleito legislativo integrou formalmente partes de Donetsk, Luhansk, Zaporizhzhia, Kherson e a Crimeia, territórios ucranianos, ocupados por forças russas.

No Ártico, a disputa estratégica também ganhou uma nova dimensão: Donald Trump conseguiu negociar a Groenlândia. Não teve o que queria e se contentou com a revisão dos

[6] https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alemanha-acusa-russia-de-envolvimento-em-ataque-com-drone-em-aeroporto/. Acesso em 28/09/2026.

termos de um antigo acordo. Os EUA não serão “proprietários” da região, mas terão domínio total da exploração de recursos e implementação de bases militares. A Groenlândia segue sendo da Dinamarca. O acordo garante novas bases militares aos EUA, livre acesso ao território (abundante em terras raras) e ao fundo do mar. Países não pertencentes à Otan, ficam proibidos de montar bases por lá. Trata-se de uma atualização de um tratado em vigor desde 1951, que já concedia ao governo estadunidense um papel dominante na defesa da ilha, garantindo o direito de os EUA estabeleceram bases militares no território dinamarquês. A nova cláusula, além de impedir que outros países estabeleçam presença militar na Groenlândia, também amplia a supervisão dos EUA sobre investimentos feitos por nações de fora da Otan em “setores estratégicos” da ilha — como, por exemplo, a mineração de terras raras.

As lideranças dinamarquesas acreditam que reforçaram a segurança da região, sem ceder soberania política. A Otan é vista como a principal garantia de segurança para a Dinamarca e seu território semiautônomo da Groenlândia. O acordo original, já concedia direito aos EUA para manter bases militares ali. A presença estadunidense foi sendo reduzida até restar apenas uma base espacial. Espera-se agora que os EUA instalem novas bases em curto espaço de tempo. Os parlamentos da Dinamarca e da Groenlândia ainda precisam aprovar o acordo.

A urgente necessidade dos EUA sobre a ilha continental no Ártico, passa pela disputa de poder com China e Rússia, cenário que se acirra pelo derretimento de geleiras que abrem novas rotas de navegação. Recentemente, um cargueiro chinês atravessou a Rota Marítima do Norte, pela costa russa, chegando na Inglaterra em 25 dias, num trajeto bem mais curto que os 40 dias padrão pelo Canal de Suez. E quem manda nesse caminho é a Rússia, que vem reforçando a frota do norte e modernizando bases militares na região. Para utilizar a rota é preciso pedir autorização, pagar taxa, aceitar escolta e muitas vezes, depender de um navio quebra-gelo russo. O derretimento do gelo do Ártico não apenas abre rotas, como novas possibilidades de exploração: abaixo do gelo há petróleo, gás e minério. A disputa pelo Ártico já está acontecendo e não é só sobre caminho: é também sobre geopolítica e recursos. Os EUA não querem que China e Rússia dominem a região sozinhas.

Considerações Finais

O conjunto desses acontecimentos revela uma Europa em processo de profunda reconfiguração. O Brexit, os movimentos de autodeterminação dentro do Reino Unido, a aproximação estratégica entre Canadá e União Europeia e a discussão sobre a reforma do processo decisório do bloco indicam que as antigas estruturas de integração estão sendo questionadas e, ao mesmo tempo, reconstruídas. No campo político, o avanço simultâneo da extrema-direita e de forças de esquerda, como demonstra o contraste entre Saxônia-Anhalt e Berlim, evidencia o enfraquecimento dos partidos tradicionais e uma crescente fragmentação do eleitorado. A Europa parece, portanto, caminhar para um cenário político mais plural, mas também mais instável e difícil de administrar.

No campo geopolítico, a guerra da Ucrânia mantém o continente sob permanente pressão. A intensificação dos ataques, os episódios de guerra híbrida e a proximidade de incidentes com o território da OTAN aumentam o risco de escalada, enquanto os governos europeus procuram reforçar suas defesas sem provocar um confronto direto com a Rússia. Paralelamente, a disputa pelo Ártico amplia o alcance dessa competição: a Groenlândia, as novas rotas marítimas e o acesso a recursos estratégicos transformam uma região antes periférica em um dos principais espaços da disputa entre Estados Unidos, Rússia e China.

Segurança, energia, tecnologia, minerais críticos e rotas comerciais passam a fazer parte de uma mesma equação estratégica.

O que está em jogo, portanto, é mais do que a sucessão de crises nacionais. A Europa está sendo obrigada a redefinir seu lugar em uma ordem internacional marcada pela competição entre grandes potências, pela fragmentação política e pela erosão de antigas certezas. O desafio será conciliar soberania nacional e integração europeia, responder ao crescimento dos extremos políticos sem ignorar as demandas sociais que os alimentam e, sobretudo, fortalecer sua capacidade de agir coletivamente diante das novas ameaças. A Europa que emergirá desse processo ainda não está definida, mas já é possível perceber que será diferente daquela que existia antes do Brexit e da guerra na Ucrânia.